

Militares entram na luta

(ANC) X

2/10/87, SEXTA-FEIRA • 3

pelo presidencialismo

Josemar Gonçalves

Rubem Azevedo Lima

Os ministros apartidários do presidente José Sarney, entre os quais alguns titulares de pastas militares, entraram, desde ontem, na luta pela aprovação do presidencialismo, na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Numerosos constituintes dessa comissão, principalmente ligados aos partidos situacionistas ou simpáticos ao Governo, foram contactados por emissários de tais ministros e até por estes mesmos, para — como diziam — ajudarem o processo de transição política através da preservação do presidencialismo.

Um dos constituintes contactados admitiu mudar de idéia, ante as razões que lhe foram apresentadas, e votar em favor do presidencialismo. Esse congressista, que, além de parlamentar do PMDB é industrial, informou, ainda, que outros integrantes da Comissão de Sistematização estavam propensos a acolher os apelos presidencialistas que lhes foram feitos pelos militares. As pesquisas governamentais indicavam que, dos 93 prováveis votantes daquela comissão (na ausência dos titulares, são chamados a votar os suplentes, por ordem de inscrição), as preferências pelo parlamentarismo tinham caído para 50 votos contra 43 pró-presidencialismo.

Pressões

No Congresso, verdadeiras ou não as informações sobre interferências dos ministros militares na Constituinte, parlamentares experimentados admitiam que setores do Governo estavam jogando com argumentos ad terrorem, para impor as teses de interesse do presidente Sarney.

Menos consistentes do que as informações a respeito da defesa do presidencialismo, na Constituinte, eram as versões sobre o papel dos ministros militares, em relação à reforma do ministério Sarney.

Dizia-se que os militares tinham solicitado a Sarney que agisse, com energia, nesse caso, para que a autoridade presidencial e o próprio Governo não se desmoralizassem, por omissão.

Ministério

Também se explicava que os mesmos ministros, na apreciação do problema do ministério, haviam ponderado ao Presidente que seria inadmissível uma reformulação ministerial na base da troca de favores fisiológicos. Esta, — aliás justificava-se —, seria a causa da demora do Presidente, em modificar seu ministério.

De concreto, no entanto, um dos ministros da área política de Sarney dava a entender, no começo da tarde, que o titular do ministério mais atingido pelas críticas do PFL — o ministro Raphael de Almeida Magalhães (Previdência) — “de maneira nenhuma seria substituído agora”. Pelo que explicou, se tal acontecesse, o presidente Sarney, que conhece Raphael de longa data, desde a antiga UDN (agremiação hoje extinta, à qual ambos pertenceram), estaria “passando recibo nas acusações do PFL”. Além disso, o Presidente corria o risco de ruptura definitiva do PMDB com seu Governo, antes da votação de um tema considerado essencial na Constituinte: o presidencialismo.

Crise

Em consequência da viagem do Presidente da República a São Paulo, os sinais da crise política pareciam menos visíveis. Por sinal, no PMDB, um dos dirigentes do partido ironizava, a respeito da situação, dizendo que “a crise havia viajado” (a crise seria o próprio Sarney).

Ainda assim, o tema da maioria dos comentários políticos era o Plano de Ação do Governo, divulgado na véspera pelo presidente Sarney e elaborado sob a responsabilidade do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira.

Causava estranheza, no P.A.G., o fato de o plano ter sido elaborado para vigorar até o final de 1991, embora o presidente Sarney, defensor do presidencialismo, afirma querer governar apenas por cinco anos, portanto, até o final de 1990.

Instrumento

Passado o impacto do lançamento do Plano, numerosos constituintes do PMDB — alguns dos quais afinados com o Governo — achavam que o P.A.G. era mais um instrumento do Palácio do Planalto, usado na tentativa de fortalecer os propósitos presidencialistas de Sarney.

No confronto entre presidencialistas e parlamentaristas, estes últimos estavam utilizando, contra o presidencialismo de Sarney, um apelo do chefe do Governo, feito em São Paulo, ontem, para que os partidos o liberassem e o deixassem reorganizar o ministério. “O Presidente — comentou um senador do PMDB — diz que não podemos ter parlamentarismo porque não temos partidos fortes e organizados. Pois Sarney pede que os partidos se omitam, para ele próprio exercer o presidencialismo, suprapartidariamente”.